

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de livros, RJ.

Soares, Mariza de Carvalho

S655h A História vai ao cinema/ Mariza de Carvalho Soares,
Jorge Ferreira. - Rio de Janeiro: Record, 2001

1. Cinema e história. 2. Filmes históricos - Brasil.
3. Cinema - Brasil - História. I. Ferreira, Jorge. II. Título.

00.0751 CDD 791.430981
CDU 791.43(81)

Copyright © 2001 by Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira

Design: Tita Nigri

Editoração: Cristiano Terto
Fotos dos artigos: "Dona Flor e seus dois maridos", "Memórias do cárcere" e
"De lazões e sentimentos", de produções Cinematográfica L. C. Barreto LTDA;

"Avelina Grechert", de Sérgio Sade, do acervo CEDOC/FUNARTE;

"Cartota: caricatura da História", de Elmar Produções Artísticas;

"Imagens de Canudos", de Morena Filmes LTDA;

"As três faces de Xica", de Rio Vermelho Filmes;

"Central do Brasil", de Video Filmes.

As imagens dos demais artigos pertencem ao acervo CEDOC/FUNARTE.

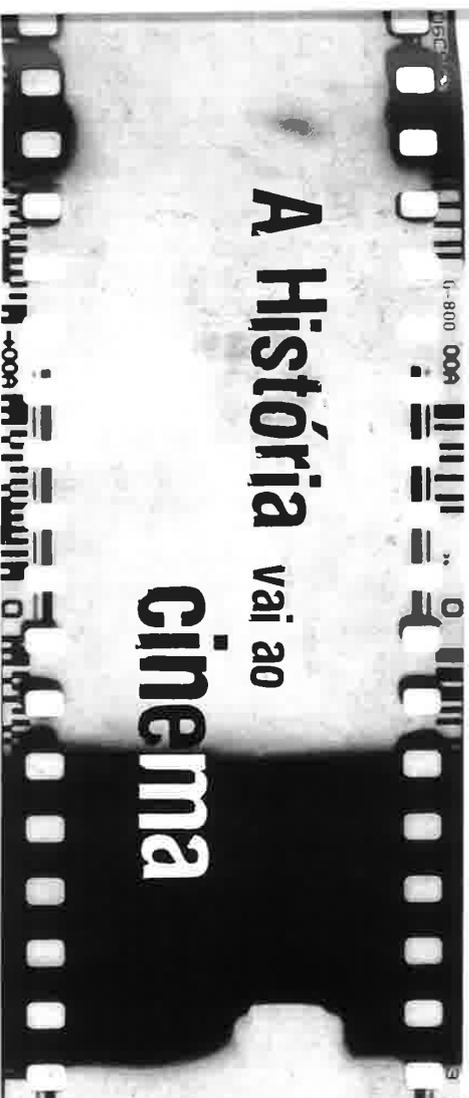
Direitos exclusivos desta edição reservados pela:

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina, 171 - Rio de Janeiro, RJ - 20921-380 - Tel.: 585-2000

Impresso no Brasil

ISBN: 85-01-05872-7

PEQUENOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ - 20922-970





Carlota:
caricatura da História

Ronaldo Vainfas

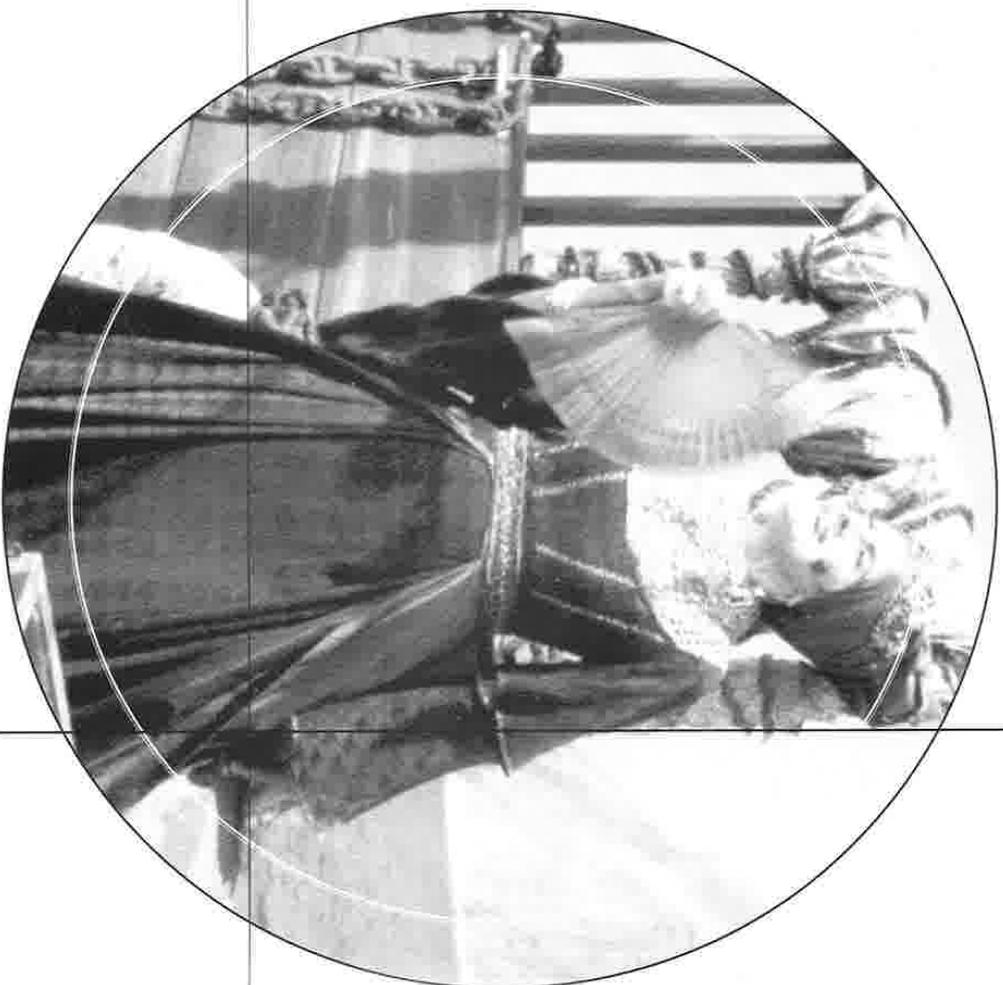


Um filme histórico, um romance histórico, uma vez que não são trabalhos de historiador, não estão obrigados, por dever de ofício, a ter cuidado na exposição dos fatos e na interpretação deles. O historiador, por sua vez, não sendo cineasta nem crítico da “sétima arte” nem crítico literário, deve ter cautela na avaliação de filmes ou livros que tratem de história. A história não é, na verdade, monopólio dos historiadores profissionais, e há muitos que conseguem — romancistas, cineastas ou dramaturgos — divulgar muito bem a história, inclusive interpretá-la com sensibilidade, não sendo historiadores de profissão.

Tudo isto complica em demasia a tarefa que me foi confiada neste artigo, ou seja, analisar *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, filme de Carla Camurati que já rendeu muita polêmica, despertando protestos da própria família imperial, como se sabe. Um filme que, vale dizer, obteve sucesso de público e hoje é visto e discutido em salas de aula das escolas do Brasil.

É justamente esta circunstância, o sucesso de público e seu uso para fins didáticos, o que talvez justifique a intromissão do historiador em domínio que não lhe é próprio. Afinal, que tipo de história do Brasil o filme constrói e divulga para as multidões que o viram e vêem, boa parte em idade escolar? Creio que a opinião do historiador deve valer alguma coisa, se a pergunta for essa.

Muito bem, o filme é uma biografia, meio satirizada que seja, de Carlota Joaquina, desde seu tempo de menina, na corte espanhola dos Bourbons, até sua morte, anos depois de retornar a Portugal, vinda do Brasil. O filme conta, portanto, as circunstâncias de seu casamento com o então Infante D. João e abrange o período conturbado da iminente invasão napoleônica, a proteção inglesa aos portugueses em troca de vantagens políticas e comerciais



no Brasil, a transmigração da corte para o Rio de Janeiro, a administração joanina entre 1808 e 1821, o retorno de D. João ao reino, já como D. João VI, após a Revolução do Porto, o limiar da Independência. Aborda, também — e este é o cenário principal do filme —, o Rio de Janeiro no tempo joanino, sua vida cotidiana, a rusticidade da capital do Vice-Reino do Brasil, o burburinho das ruas, o impacto da súbita corte na cidade. Aborda, enfim, e nisso reside o essencial da narrativa, a vida conturbada da princesa D. Carlota Joaquina, depois rainha, suas insatisfações, ambições, desejos.

Dito deste modo, não restaria dúvida de que, independente da qualidade estética do filme, seria ele útil para se conhecer um pouco da história do Brasil, divulgá-la, pensá-la. Mas como a história é contada? Antes de tudo, conta-se uma história cheia de erros de todo tipo, deturpações, imprecisões, invenções — coisa que se agrava ainda mais por ter a diretora várias vezes reiterado, em entrevistas, que fez pesquisas exaustivas sobre Carlota e seu tempo para embasar o roteiro.

Seria decento cansativo e descabido ficar desfiando os erros factuais do filme. Evitarei fazê-lo. Mas me é totalmente impossível deixar de comentar alguns deles, especialmente para demonstrar que, se houve pesquisa — do que duvido —, foi pesquisa de péssima qualidade e não contou com assessores profissionais, que num filme como esse se fariam necessários.

Nem vou falar das baratas dinásticas, informações truncadas sobre quem era quem nas realidades de Espanha e Portugal no final do século XVIII, assunto que ocuparia muitas páginas do texto, quicá tediosas. Mas lastimo a sorte dos professores que se dispõem a explicar aos alunos a matéria, pois o filme mais confunde que esclarece ao tratar das dinastias dos reis de Bragança e dos Bourbons na época.

Gostaria de iniciar mesmo com um exemplo mais sutil, a cena da princesa Carlota ainda menina, às vésperas de partir para Portugal a fim de casar com D. João, o Infante. É cena boa de se ver, fundo escuro, trajes coloridos e engalanados da alta nobreza hispânica, as perucas à moda dos Luíses. Mas será mesmo que na Espanha dos Bourbons se dançava à flamenco? Na corte afrancesada dos Bourbons, que mais imitava Versalhes? Há vasta bibliografia sobre isso, de como as cortes europeias do século XVIII imitavam Versalhes, até mesmo monarquias periféricas da Europa centro-oriental. A Espanha dos Bourbons, *et pour cause*, imitava-a mais que todas. Pior que isso, só a cena seguinte, ou uma das seguintes, a partida da princesa em modesta carruagem, acompanhada somente de sua aia Francisca e do condutor,

sem escolta, sem nada, a atravessar fronteiras e coutos de homiziados que o filme absurdamente desco-nhece. Lembro, entre outros casos, do rigor do ambiente histórico e antropológico da corte dos Valois, reconstituída em *A rainha Margot* —, esta sim corte rústica e meio medieval, como eram no caso as cortes do século XVI —, e fico a lastimar o descuido do filme em questão no que toca à corte bourbônica da Espanha no século XVIII.

Sem querer ser exaustivo, mas com imensa dificuldade de controlar minhas restrições ao filme em matéria factual, há incongruências que não podem passar sem registro. Com base em quê o filme sugere que a transmigração da família real, em 1808, teria sido motivada pelas conjurações, se estas haviam ocorrido no final do século XVIII, a última delas em 1801, sendo resolvidas pelas autoridades da Colômbia? Com base em quê o filme reitera, através do “narrador escocês”, que o Brasil da época era rico em pedras preciosas, ouro e diamantes, se é sabido que o apogeu da mineração ocorreu no reinado de D. João V, na primeira metade do século XVIII? Com base em quê diz o narrador do filme que a corte não quisera ficar na Bahia, preferindo o Rio de Janeiro, se era o Rio a capital do Estado do Brasil desde 1763, e já governado por Vice-Reis?

Além disso, há detalhes histórico-antropológicos que empobrecem o filme em demasia. A rainha a cuspir em reuniões com ministros de Estado na presença de lorde Strangford; a menção a “alguns chineses” entre os que receberam a corte ao lado de “europeus, africanos e índios” (palavras do narrador); a “informação” do incansável narrador de que no Brasil se pensou que a touca na cabeça que Carlota usara por causa de piolhos era moda na Europa!

O filme não está baseado em nenhuma pesquisa séria, ao contrário do que reiterou a cineasta, quer exaustiva no domínio factual, quer na interpretação do que era o Brasil na época. Parece ter se baseado sobretudo em um livro: *Carlota Joaquina, a rainha derassa*, de João Felício dos Santos, obra publicada pela Civilização Brasileira em 1968. Trata-se de um “romance histórico” cujo título resume o seu conteúdo e, sobretudo, o do filme, obsessivamente preocupado em mostrar D. Carlota como fêmea insaciável. Vários



diálogos do filme são diretamente inspirados, quando não copiados, no livro, a exemplo da frase de Carlota, já no navio de retorno ao reino, quando diz que do Brasil não queria guardar nem o pó, a poeira dos sapatos — e ato contínuo, como no livro de João Felício, lançaria os sapatos ao mar...

A bem da verdade, quase a isto se resume o filme. Às frustrações, desejos e relações amorosas de D. Carlota. Nem ao livro de João Felício o filme é fiel, além de ser deliberadamente infiel à história do Brasil.



Exemplo maior é a barafunda que faz ao contar os amores de D. Carlota com um negro que D. João teria nomeado como presidente do Banco do Brasil — como se isto fosse possível numa época em que ainda vigiam os estatutos de pureza de sangue em Portugal, ao menos em relação aos negros. No livro de João Felício, D. Carlota se interessa por dois negros: João Fernandes da Silva, filho natural de Chica da Silva com o contratador do Distrito Diamantino, João Fernandes (vide o filme de Cacá Diegues), e pelo escravo Filisbino, a quem provoca cara balangando seu alvo pé, testando para ver se Filisbino ousava pegá-lo, enquanto ela fingia ler e o escravo, como sempre, se mantinha abaixado, sentando ao pé da cadeira da então rainha. No filme, o negro é D. Fernando Carneiro Leão, de fato amante de Carlota, a confiamos no que escreve João Felício, o autor de *A rainha devassa*. No filme é D. João VI quem o nomeia para presidir o banco para, por meio disso, afastá-lo da rainha. No livro, é a rainha quem urde a nomeação de Carneiro Leão para quem sabe conseguir os recursos necessários à tomada de Buenos Aires. Na mesma página em que João Felício dos Santos conta as urdiduras de Carlota para nomear D. Fernando Carneiro Leão, lê-se o relato do pé da rainha a provocar os desejos do escravo Filisbino, este sim, negro.

Filisbino, Fernandes e Felícios à parte, o fato é que o filme não leva a sério nem a rainha D. Carlota, nem seu engajamento na questão platina. Não vou aqui recontar a história verdadeira ou verossímil desses acontecimentos, pois não vem ao caso falar de Belgrano e Liniers, da resistência de vários Cabildos hispano-americanos, sobretudo o

buenairense, à invasão napoleônica da Espanha, e da séria tentativa de entronizar uma Bourbon legítima no trono da América Platina. Mas não se pode concordar com a redução de tão complexo episódio à simples ambição “quase sexual” de Carlota, nem entender que foi somente a recusa de D. João o que motivou o naufrágio da tentativa. O livro de João Felício é fraco na explicação do episódio. O filme ridiculariza o episódio.

E com isso chegamos ao que talvez seja realmente importante comentar sobre o filme, ou seja, sua obsessão em divulgar estereótipos sobre a história do Brasil e sobre o Brasil. História que, no filme, tem por narrador um escocês, artifício a meu ver dispensável, que passa a ideia de que a narrativa de nossa história é coisa exótica a ser contada para entreter indóceis e amáveis meninas à beira do mar do Norte.

E já que falo em mar, o filme é um mar de estereótipos. A rainha, sobretudo, só pensa em sexo e quando pensa em outra coisa é por sublimação. O leitor que, ao ver o filme, se disponha a consultar o dicionário de Joel Serrão sobre a História de Portugal lerá, no verbete D. Carlota Joaquina:

Filha de Carlos IV da Espanha, nasceu em Aranjuez. Casou com o Infante D. João, filho de D. Maria I e futuro D. João VI. Devota até ao fanatismo, reacionária e intolerante, participou numa conjura para despossar do governo seu marido, quando este era ainda príncipe regente. No exílio do Brasil, por ocasião da primeira invasão francesa, desenvolveu uma actividade febril para reinar nas colónias espanholas da América Latina. No regresso a Lisboa, em 1821, recusou-se a jurar a Constituição e voltou-se a orientar contra a revolução. Planeou e preparou a Vila-Francada, a Abriçada e o golpe de Estado que levou D. Miguel a rei. Morreu em Queluz, sem chegar a ver a derrota do filho e o seu exílio.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem a rainha devota de Joel Serrão, quiçá da história oficial portuguesa, nem a rainha devassa de João Felício dos Santos. Se D. Carlota era devassa, muitos o eram, reis e rainhas, em várias cortes. Alguns reis, como Henrique III de França, eram cantados em verso, na rua, com a quadra

*Ils sont accouplés deux à deux
d'une assez dévote manière.
Mais je les trouve vicieux
quand ils s'enfilent par derrière.*

L'île des hermaphrodites, assim era conhecida a corte dos *mignons* de Henrique III de Valois, em plena procição religiosa, segundo nos diz Mauríce Lever, um *expert*. E se formos falar de Portugal, falemos de uns versos de D. Diogo de Menezes, no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, sobre uma dama lésbica da corte, "*soys y no soys dama*", "*soys y no soys macho*". Se quiséssemos aprofundar exemplos desse tipo na corte portuguesa de todos os tempos, teríamos sem dúvida mais assunto. Mas não é o caso.

O caso é de lembrar o estereótipo do Brasil só preocupado com sexo, e isto por vocação antes de tudo portuguesa. A lembrar os exageros bem-humorados de Gilberto Freyre, quando escreveu que os portugueses mal chegavam no trópico e tropeçavam em carne, no caso o corpo sequioso das índias nuas, corpo sequioso por motivações priápiacas. A lembrar também o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, este mal-humorado, a erigir a luxúria, título do primeiro capítulo, como um dos maiores males da luso-brasilidade. Luxúria, pecado capital e mal brasileiro, a um só tempo.

O filme de Carla Camurati é incansável em divulgar estereótipos, chegando ao absurdo de, pela boca do narrador *scotish*, dizer que, ao se interessar por D. Carneiro Leão, negro no filme, provavelmente branco na história, D. Carlota começava a se interessar pelas vantagens da mistura racial. Nem Gilberto Freyre, injustamente acusado de propagar as excelências da democracia racial brasileira pela via da sexualidade, ousaria dizer tamanho exagero.

Carlota, a luxúria. D. João, a gula — pecados capitais e mortais. O Regente, depois rei de Portugal, aparece em 90% das cenas comendo coxas de galinha ou de frango, glútilo, decadente, patético. Regente que "obra" (defeca) à vista da filha, D. Maria Tereza, e depois pede o almoço, num clima "rabalaisiano" totalmente despropositado. Não é o que de melhor se pode ensinar a crianças em idade escolar.

D. João, caricato no filme, foi na história do Brasil o mentor da Independência que manteve unido o território da América Portuguesa, quase um milagre, através da corte que se estabeleceu no Rio e do filho D. Pedro, que ficou, com Dia do Fico ou sem ele. D. Pedro, que

no filme aparece com peito à mostra, meio malandão, a reïterar mais estereótipos, culminando com a cena em que o primeiro imperador do Brasil, Perpétuo Defensor, manteve embalsamado, em seu gabinete, o cadáver do filho natural, bebê ainda, que tivera com a prostituta francesa Noemi.

Faltaria falar dos jacarés, lagartos, insetos e outros bichos que sempre aparecem, em gravuras exibidas no filme e nos diálogos sobre o Brasil, a confirmar mais e mais estereótipos, alguns dos quais herdados do imaginário ocidental sobre o Oriente, que o diga Le Goff e nosso Sérgio Buarque de Holanda. Sem contar o calor, de que se queixam todos os portugueses no filme, Carlota e D. João à frente, como se o clima de Lisboa no verão fosse ameno — hoje, ontem, ou no século XIX.

Volto a dizer, como de início: a história não é monopólio dos historiadores. Tanto é que o falecido historiador francês Georges Duby, um dos maiores medievalistas, disse, em entrevista, que *O nome da rosa*, de Umberto Eco, era um dos melhores livros de história medieval que havia lido. E olhem que o mosteiro de Umberto Eco sequer existiu! E o que dizer do primor de *Memorial do convento*, obra do Nobel de Literatura José Saramago, cujo livro faz ficção com personagens históricos e história com personagens ficcionais?

Não, a história não é monopólio dos historiadores. Mas a Carlota desse filme quase nada guarda do personagem histórico, da rainha próxima dos setores tradicionais da nobreza portuguesa, da princesa bourbônica cogitada para assumir o trono da região platina insurgente. A Carlota Joaquina, bem como a própria história do Brasil retratada no filme, não passa de caricatura, a meu ver, de mau gosto.